

ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor no domínio do Direito comercial	5
Advertências	11
Abreviaturas	13
Índice geral	23

I INTRODUÇÃO

§ 1.º O Direito Comercial

1. Aproximação; Direito privado	41
2. Direito especial	43
3. Direito do comércio ou dos comerciantes	44
4. Condicionamentos histórico-culturais e dogmáticos	45

CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL

§ 2.º Das origens aos primeiros códigos comerciais

5. Génese e Direito romano	47
6. Do <i>ius mercatorum</i> às leis comerciais modernas	51
7. O <i>Code de Commerce</i> de 1807; influência	54
8. A evolução alemã e o Código Geral de 1861	61

§ 3.º As codificações tardias e a unificação do Direito privado

9. As codificações oitocentistas tardias	66
10. Institutos comerciais sensíveis; evolução científica	69

11.	O século XX e a unificação do Direito privado	70
12.	Elementos subsequentes	75

§ 4.º A experiência anglo-saxónica

13.	Evolução geral	78
14.	Tendências atuais; a experiência norte-americana do <i>Uniform Commercial Code</i>	79

CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA LUSÓFONA

§ 5.º Das origens ao século XVIII

15.	O comércio e as primeiras leis	83
16.	As Ordenações; aspetos gerais do antigo Direito comercial português	85
17.	A doutrina comercial lusófona	89
18.	As reformas comerciais do Marquês de Pombal	90

§ 6.º Os Códigos Comerciais oitocentistas

19.	Antecedentes; a Lei da Boa Razão (18-ago.-1769)	93
20.	O Código Ferreira Borges (1833)	95
21.	O Código Veiga Beirão (1888)	101

§ 7.º A comercialística dos séculos XX e XXI

22.	A evolução legislativa subsequente ao Código Comercial; a) Alterações ao Código	106
23.	Segue; b) Leis complementares	113
24.	A doutrina	116

§ 8.º Outras experiências lusófonas

25.	Brasil	125
26.	Angola	128
27.	Cabo Verde	129
28.	Guiné	130
29.	Macau	131
30.	Moçambique	133
31.	São Tomé e Príncipe	136
32.	Timor	137

CAPÍTULO III – COORDENADAS ATUAIS DO DIREITO COMERCIAL**§ 9.º Características gerais**

33. A “comercialidade”	139
34. O problema da autonomia	143
35. A especialidade	146
36. A aplicação analógica do Direito comercial	148
37. A natureza fragmentária e a dependência científica	150
38. Natureza histórico-cultural; consequências	152
39. Internacionalismo e pequeno comércio	153

§ 10.º A autonomização de disciplinas comerciais

40. Dados legislativos; Direito comercial amplo e Direito comercial residual	156
41. O Direito das sociedades comerciais	157
42. O Direito da concorrência	159
43. O Direito da propriedade industrial	164
44. O Direito dos títulos de crédito	166
45. O Direito bancário	167
46. O Direito dos valores mobiliários	169
47. O Direito dos seguros	171
48. Outras disciplinas	173
49. O Direito comercial nuclear	175

§ 11.º Integração e internacionalização

50. Aspectos gerais	177
51. Integração europeia e diretrizes comerciais	179
52. Internacionalização	181
53. A CNUDCI (UNCITRAL) e a UNIDROIT	182
54. O novo <i>ius mercatorum</i>	185
55. A arbitragem: nacional e internacional	187

§ 12.º O Direito comercial dos nossos dias

56. Aspectos metodológicos	191
57. Programa	193
58. Bibliografia lusófona	194
59. Bibliografia estrangeira	197
60. Revistas, comentários, coletâneas e <i>Internet</i>	200

II DOCTRINA COMERCIAL GERAL

CAPÍTULO I – COMÉRCIO E COMERCIANTES

Secção I – DOS ATOS DE COMÉRCIO

§ 13.º Atos de comércio

61.	O sistema do Código Comercial	207
62.	Atos de comércio objetivos	209
63.	Segue; atos comerciais por analogia?	211
64.	Segue; o problema das “empresas” do artigo 230.º	216
65.	Atos de comércio subjetivos	221
66.	Os atos mistos	225
67.	Síntese; a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto; perspectivas	226

§ 14.º Regime geral dos atos de comércio

68.	Sistema de fontes; analogia e princípios comerciais	231
69.	O Direito subsidiário; também Direito público?	234
70.	Princípios materiais	235

§ 15.º Os usos comerciais

71.	Aspetos gerais	240
72.	Elementos e natureza; confronto com o costume	244
73.	Os usos do Código Civil; os usos como estalões (<i>standards</i>)	245
74.	Os usos no Código Comercial e no Direito mercantil	249
75.	Natureza; a “boa-fé”	253

Secção II – DOS COMERCIANTES

§ 16.º A ideia geral de comerciante

76.	Relevância; os atos de comércio unilaterais	256
77.	Comerciante e empresário	259
78.	A reforma do Código Comercial alemão de 1998	262
79.	O sistema do Código Comercial	265

§ 17.º O comerciante pessoa singular

80.	O acesso ao comércio	268
-----	--------------------------------	-----

81. A capacidade para praticar atos de comércio	269
82. A situação dos menores	272
83. A profissão de comerciante; proibições, incompatibilidades, inibições e impedimentos	274

§ 18.º O comerciante pessoa coletiva

84. Sociedades comerciais	278
85. Associações e fundações	279
86. Pessoas coletivas públicas e entidades de solidariedade social	283
87. Associações desportivas e suas federações	284
88. Empresas públicas	284
89. Institutos públicos e associações públicas	285

§ 19.º Pessoas semelhantes a comerciantes

90. A categoria “pessoas semelhantes a comerciantes”	287
91. O mandatário comercial; os gerentes, auxiliares, caixeiros e comissários	289
92. Profissionais liberais	290

CAPÍTULO II – EMPRESA E ESTABELECIMENTO

Secção I – A EMPRESA

§ 20.º Evolução histórico-comparatística da empresa

93. Aspetos gerais; a necessidade de enquadramento cultural	293
94. A tradição germânica; do negócio à “empresa em si”	295
95. Continuação; a (possível) dogmática da empresa	299
96. Continuação; a evolução na segunda metade do século XX	302
97. A tradição francesa	306
98. A tradição italiana	309

§ 21.º A empresa na experiência portuguesa

99. A tradição de Ferreira Borges e de Veiga Beirão	312
100. A objetivação da empresa	313
101. Os “interesses” da empresa	315

§ 22.º A empresa e o Direito comercial português

102. Os desenvolvimentos linguísticos e a sua refutação	322
103. A empresa como noção-quadro	324
104. Concretização	327

Secção II – O ESTABELECIMENTO

§ 23.º Noção e elementos do estabelecimento

105. Aceções e noção geral	330
106. Elementos do estabelecimento	332
107. O critério da sua inclusão	334
108. Nota comparatística	338

§ 24.º O regime e a natureza do estabelecimento

109. A negociação unitária; o trespasse	341
110. A cessão de exploração e a locação de estabelecimento	346
111. O usufruto do estabelecimento	351
112. O estabelecimento como objeto de garantia	351
113. A reivindicação e as defesas possessórias	352
114. A natureza	353
115. O estabelecimento individual de responsabilidade limitada	356

CAPÍTULO III – O ESTATUTO GERAL DOS COMERCIANTES

Secção I – A FIRMA E A DENOMINAÇÃO

§ 25.º A firma e a sua evolução

116. Ideia geral, origens e consagração legislativa	359
117. A evolução novecentista	362
118. A natureza da firma; opções	364

§ 26.º A firma na experiência portuguesa

119. O Código Veiga Beirão; antecedentes e evolução subsequente	368
120. As reformas dos anos 80 do século XX	372
121. O RNPC de 1998	374

§ 27.º O regime da firma

122. Os princípios; teleologia geral	380
123. Autonomia privada e limitações genéricas	382
124. Obrigatoriedade e normalização	385
125. Os comerciantes pessoas singulares	387
126. A verdade e a exclusividade	390
127. A estabilidade; a transmissão da firma	393
128. O princípio da novidade	396

129. A unidade	398
130. Aspetos processuais	400
131. A firma e o regime especial de constituição de sociedades (2005)	402
132. Tutela e natureza perante o Direito português	403

Secção II – A ESCRITURAÇÃO MERCANTIL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS

§ 28.º Da escrituração

133. Noção, escopo e enquadramento dogmático	405
134. Evolução geral; partidas dobradas e codificações	407
135. O Código Comercial de 1888.	409
136. A evolução subsequente	411
137. A reforma das sociedades de 2006; o fim da escrituração comercial.	414

Secção III – O REGISTO COMERCIAL

§ 29.º O registo comercial: evolução e funcionamento

138. Origem e evolução	418
139. A experiência portuguesa	421
140. O Código do Registo Comercial de 1986	424
141. O funcionamento do registo comercial (antes de 2006).	429

§ 30.º A reforma do registo comercial de 2006

142. Aspetos gerais	433
143. A eliminação da competência territorial das conservatórias	435
144. Registos por transcrição e por depósito	435
145. O processo do registo	437
146. Papel da informática, apresentação por notário e documentos	438
147. A impugnação de decisões	439
148. O regime transitório	440
149. As reformas de 2007, de 2008, de 2009 e as subsequentes	441

§ 31.º O âmbito e os princípios do registo comercial

150. O âmbito do registo comercial	443
151. Os princípios do registo comercial; o princípio da instância	445
152. O princípio da obrigatoriedade.	446
153. Os princípios da competência, da legalidade e do trato sucessivo.	447

§ 32.º Os efeitos do registo comercial

154. Generalidades; efeito presuntivo e regra da prioridade	450
155. Efeito constitutivo	451
156. Efeito indutor de eficácia; a) A publicidade negativa.	452
157. Segue; b) A publicidade positiva; as nulidades do registo	456
158. Segue; c) A invocação da eficácia da aparência	459
159. O problema das invalidades substantivas.	460
160. A responsabilidade do Estado	461

Secção IV – A INSOLVÊNCIA

§ 33.º Introdução ao Direito da insolvência

161. A insolvência	463
162. O Direito da insolvência.	465
163. Aspetos metodológicos	466
164. Autonomia dogmática e bibliografia	468

§ 34.º A evolução do Direito da insolvência

165. Direito romano	470
166. Evolução subsequente; tradições francesa, alemã e anglo-saxónica	472
167. A experiência portuguesa.	474

§ 35.º As grandes reformas da insolvência

168. A reforma francesa de 1985	478
169. A reforma alemã de 1994/2001	480
170. As reformas das primeiras décadas do século XXI	482

§ 36.º As insolvências internacionais

171. Aspetos gerais e fontes	488
172. As normas internas de conflitos	489
173. O Regulamento 1346/2000, de 29 de maio	491
174. O Regulamento 2015/848, de 20 de maio	492

§ 37.º Perfil geral da insolvência

175. Princípios clássicos	494
176. Situações especiais; a banca e os seguros	496

§ 38.º O revogado processo especial de recuperação de empresas e da falência

177. A recuperação de empresas; o Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de julho	498
178. O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência;	
a) A recuperação	500
179. Segue; a assembleia de credores	502
180. A falência e as suas consequências	504

§ 39.º O Código da Insolvência

181. A Lei n.º 39/2003, de 22 de agosto (autorização legislativa)	507
182. O Decreto-Lei n.º 53/2004, de 22 de agosto (diploma preambular)	509
183. O Decreto-Lei n.º 200/2004, de 18 de agosto e as reformas subsequentes	510
184. Legislação complementar.	513
185. O sistema geral do Código da Insolvência	514
186. As disposições introdutórias	515
187. Segue; noções legais	517
188. Segue; preceitos processuais	518

§ 40.º Coordenadas da insolvência

189. Enumeração	520
190. A primazia da satisfação dos credores	521
191. A ampliação da autonomia privada dos credores	523
192. A simplificação do processo; a insolvência da pessoa singular	526

§ 41.º A revitalização de empresas

193. O Memorando da Troika	529
194. O regresso à recuperação, a simplificação e os credores	531
195. O SIREVE, o PARI e o PERSI	533
196. A reforma de 2022 e as perspetivas	535

§ 42.º A responsabilidade do requerente da insolvência

197. O problema e o seu interesse	538
198. A evolução do tema nas leis nacionais	539
199. O artigo 22.º do CIRE: origem plausível	549
200. Interpretação integrada	553
201. A aplicabilidade na insolvência da litigância de má-fé, do abuso do direito de ação e da <i>culpa in agendo</i> ou <i>in petendo</i>	554

§ 43.º Valoração do Código da insolvência

202. Aspectos gerais	556
--------------------------------	-----

203. As opções básicas.	557
204. Técnica e estímulo jurídico-científico	558

III

CONTRATOS COMERCIAIS

CAPÍTULO I – DOS CONTRATOS COMERCIAIS EM GERAL

Secção I – PRINCÍPIOS GERAIS

§ 44.º *Autonomia das partes*

205. <i>Numerus apertus</i> ; o poder do mercado	561
206. Contratos mistos; a natureza comercial	563
207. As coligações de contratos	567
208. Segue; os seus efeitos.	571
209. Consensualidade e normalização	573
210. A delimitação negativa; a deontologia comercial	575
211. O papel jurídico-científico da contratação comercial.	576

§ 45.º *Princípios e regras comerciais*

212. Os chamados princípios comerciais materiais	577
213. A liberdade de língua; o uso obrigatório do português	578
214. As comunicações à distância	582
215. A solidariedade.	584
216. O regime conjugal de dívidas.	584
217. Tutela do crédito comercial	586
218. A prescrição presuntiva de dívidas comerciais	590

Secção II – A CONTRATAÇÃO COMERCIAL

§ 46.º *Culpa in contrahendo*

219. Deveres pré-contratuais mercantis	592
220. A jurisprudência comercial	593
221. Sentido e consequências; a natureza comercial	596
222. O conteúdo do dever de informar.	599

§ 47.º *Negócios preliminares e contratação mitigada*

223. Negócios preliminares e intercalares	601
224. A contratação mitigada.	602

Secção III – A ADESÃO A CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

§ 48.º O comércio e as cláusulas contratuais gerais

225. As cláusulas e o comércio	605
226. Dogmática básica	606
227. Evolução; leis específicas.	608

§ 49.º A lei portuguesa das cláusulas contratuais gerais

228. Aspetos gerais	614
229. Âmbito e inclusão nos negócios singulares	619
230. Interpretação e integração	625

§ 50.º Cláusulas contratuais gerais nulas e proibidas

231. Nulidade e proibição	627
232. Sistema geral das proibições	628
233. As cláusulas proibidas	631
234. A conformação dos contratos comerciais.	638
235. O problema dos contratos pré-formulados	639

Secção IV – O COMÉRCIO À DISTÂNCIA

§ 51.º Comércio eletrónico e comércio fora do estabelecimento

236. A contratação por computador	643
237. A contratação por meios eletrónicos ou por <i>internet</i>	646
238. Contratos à distância e fora do estabelecimento	650
239. Vendas automáticas e vendas especiais esporádicas	651
240. Publicidade não solicitada e venda ambulante	652
241. Documentos eletrónicos e assinatura digital	653
242. Faturas e comércio eletrónicos.	654
243. Balanço; a natureza comercial	657

CAPÍTULO II – CONTRATOS ESPECIAIS DE COMÉRCIO

Secção I – TIPIFICAÇÕES

§ 52.º Os contratos comerciais e a sua ordenação

244. A ordenação legal	659
245. Contratos extravagantes; tipos sociais	660
246. A ordenação proposta.	662

Secção II – A REPRESENTAÇÃO E O MANDATO COMERCIAIS

§ 53.º A representação em geral

247. Generalidades; evolução geral da representação	664
248. Requisitos, distinções e regime comum	668
249. O negócio-base; regras quanto ao procurador e à sua substituição	673
250. A tutela de terceiros	677
251. Segue; a procuração tolerada e a procuração aparente	680

§ 54.º A representação comercial

252. A situação em Ferreira Borges	684
253. O Código Comercial	685
254. A tutela de terceiros	687

§ 55.º O mandato comercial

255. Tipos de mandato comercial; o núcleo estrito	689
256. Gerentes de comércio	692
257. Auxiliares e caixeiros	694
258. O contrato de comissão	694

Secção III – O CONTRATO DE MEDIAÇÃO

§ 56.º Mediação: noções básicas e evolução

259. Noções básicas	697
260. Direito romano e Direito intermédio	699
261. Os Direitos nacionais modernos	701
262. Codificações civis e comerciais; justificações da figura	704

§ 57.º A mediação na experiência lusófona

263. O Direito antigo e o Código Ferreira Borges (1833)	707
264. O Código Veiga Beirão	708

§ 58.º A especialização da mediação

265. Mediação mobiliária; intermediação financeira	711
266. Mediação dos seguros	713
267. Mediação imobiliária	716
268. Mediação monetária	722
269. Mediação de jogos sociais do Estado	723

§ 59.º Dogmática geral da mediação

270. Aceções e modalidades	724
271. Mediação civil e mediação comercial	726
272. Mediação típica e mediação atípica	728
273. Figuras afins	730

§ 60.º O regime e a natureza da mediação

274. Requisitos	732
275. Cláusulas típicas e boa-fé	734
276. A retribuição	737
277. A cessação	740
278. Características e natureza	741

Secção IV – OS CONTRATOS DE ORGANIZAÇÃO**§ 61.º A associação em participação**

279. Generalidades; origem e evolução; sistemas societários	742
280. Segue; sistemas comutativos	745
281. Os Códigos Comerciais portugueses; a conta em participação	747
282. A associação em participação	748
283. O regime	750
284. A natureza	753

§ 62.º O consórcio

285. Noções básicas; nota de Direito comparado	755
286. O Direito português; influências decisivas	757
287. Regime vigente	760
288. O problema da repartição dos ganhos e perdas	764
289. O termo do consórcio	767

§ 63.º O contrato de lojista em centro comercial

290. Generalidades	770
291. Esquema geral; a inaptidão do arrendamento	771
292. Um tipo autónomo	771
293. Natureza e regime	779

Secção V – OS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO

§ 64.º Contratos de distribuição em geral

294. A distribuição e o Direito	778
295. Os contratos de distribuição	780

§ 65.º A agência

296. Origem e evolução; o papel de matriz	784
297. A Diretriz n.º 86/653/CEE	785
298. O regime legal; generalidades	787
299. As posições das partes	790
300. A proteção de terceiros	794
301. A cessação	795
302. A indemnização de clientela; outros aspetos	798

§ 66.º A concessão

303. O perfil da concessão	802
304. Figuras afins	803
305. O regime da concessão	807
306. Especificidades	809

§ 67.º A franquia (*franchising*)

307. Generalidades	812
308. Modalidades; desenvolvimento em Portugal	814
309. As posições das partes	816
310. A cessação	818
311. Problemas de concorrência	820
312. Aspetos práticos	822

Secção VI – OS CONTRATOS BANCÁRIOS

§ 68.º Contratos bancários

313. Características gerais	824
314. Enumeração e remissão	826

Secção VII – OS CONTRATOS DE TRANSPORTE

§ 69.º O Direito geral dos transportes

315. Generalidades; aspetos institucionais e materiais	828
--	-----

316. O Código Comercial e o papel das cláusulas contratuais gerais	830
317. Quadro geral dos contratos de transporte	831

§ 70.º O Direito internacional dos transportes; os *incoterms*

318. As convenções internacionais	833
319. As diretrizes europeias	836
320. Os <i>incoterms</i>	837
321. Segue; aplicação interna e natureza	839
322. <i>Trade terms</i>	841

§ 71.º O contrato de transporte

323. Nota histórica	843
324. O transporte em geral	845
325. O Código Comercial	847
326. A guia de transporte	848
327. A execução do transporte	850
328. A responsabilidade do transportador	851
329. A entrega e as garantias do transportador	853

§ 72.º Figuras afins do contrato de transporte e natureza

330. O transitário	854
331. Contratos de reboque, de tração e de afretamento	856
332. A natureza.	858

Secção VIII – O CONTRATO DE SEGURO

§ 73.º Problemática geral dos seguros

333. Generalidades.	860
334. Remissão	862

**Secção IX – OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA
E DE TROCA MERCANTIS**

§ 74.º A compra e venda comercial

335. Delimitação	864
336. Modalidades	867
337. Particularidades de regime	868

§ 75.º O escambo ou troca comerciais

338. A equiparação à compra e venda	870
---	-----

Secção X – O REPORTE

§ 76.º O reporte

339. Noção geral	872
340. Modalidades e características	874
341. Função e natureza	876
342. Os denominados direitos acessórios	879

Secção XI – A LOCAÇÃO COMERCIAL

§ 77.º A locação comercial

343. O aluguer comercial	887
344. O arrendamento comercial	887

**Secção XII – TRANSMISSÃO E REFORMA DE TÍTULOS
DE CRÉDITO MERCANTIS**

§ 78.º Transmissão e reforma de títulos de crédito

345. Remissão	889
---------------------	-----

Índice de jurisprudência	891
Índice onomástico	909
Índice bibliográfico	933
Índice ideográfico	1009